

TEMPO, ASPECTO E COESÃO DISCURSIVA

Ana Cristina M. Lopes
Faculdade de Letras de Coimbra

1. Introdução

Neste artigo, proponho-me aprofundar a assunção corrente segundo a qual a coesão/coerência de um texto/discurso depende em larga medida do modo como nele se articula e compatibiliza a informação de natureza temporal. Em Mateus *et alii* (1989), no capítulo consagrado aos mecanismos de estruturação textual, diz-se o seguinte: "Qualquer sequência textual só é coesa e coerente se a sequencialização dos enunciados satisfizer as condições conceptuais sobre localização temporal e ordenação relativa que sabemos serem características dos estados de coisas no mundo seleccionado pela referida sequência textual. (...) um dos processos linguísticos de assegurar a coesão temporal é a ordem linear dos membros das sequências formadas por conjunção: na superfície textual, a descrição de estados de coisas anteriores precede tipicamente a descrição de estados de coisas posteriores. Outro dos processos de assegurar a coesão é a utilização (correlativa) de certos tempos verbais (142)". Referem-se ainda, como factores de coesão/coerência textuais, o uso de conectores de valor temporal, bem como o uso de adjuntos adverbiais temporais localizadores.

Na minha opinião, a coesão/coerência de que aqui se fala deve ser perspectivada em termos temporo-aspectuais e não em termos estritamente temporais. Os dados linguísticos que suscitaram esta minha investigação, e que a meu ver oferecem evidência empírica sobre a necessidade de tratar de forma integrada os valores que tradicionalmente têm vindo a ser designado por tempo e aspecto (não sem alguma

obscuridade e com acentuado grau de flutuação terminológica e conceptual), são discursos do tipo:

- (i) Quando o comboio chegou, eu estava sentada a ler o jornal
- (ii) * Enquanto o comboio chegou, eu estava sentada a ler o jornal.
- (iii) O Pedro escreveu a carta em 5 minutos e saiu apressado.
- (iv) ?? O Pedro escreveu a carta durante 5 minutos e saiu apressado.

Parece-me que só no quadro do texto/discurso é possível levar a cabo uma análise minimamente satisfatória da semântica das estruturas que nas línguas naturais expressam valores temporais (ou temporo-aspectuais). É isto porque penso que a compreensão da linguagem verbal se processa de forma incremental, sendo fulcral o contexto de ocorrência das expressões linguísticas para a sua interpretação. Como afirma Moens: "the cognitive work involved in the processing of temporal expressions consists of the construction and updating of some serial or otherwise time-related representation of the states of affairs talked about in a discourse. This representation constitutes the continually changing context in which incoming temporal expressions have to find a place (1987:10)".

Antes, porém, de abordar a questão que constitui o objecto central da minha reflexão, tecerei algumas considerações preliminares tendentes a clarificar alguns conceitos básicos, e farei uma síntese sobre as teorias disponíveis que considero mais relevantes para o tratamento da expressão do tempo nas línguas naturais.

2. Ao contrário do que acontece em inglês (onde há duas palavras distintas – *time* e *tense* – que claramente separam a temporalidade extra-linguística, a realidade física contínua, da categoria gramatical que, de forma privilegiada, a traduz linguisticamente), em português a palavra *tempo* é usada indiscriminadamente para designar o tempo 'real' e o tempo gramatical. Veja-se a ambiguidade da expressão 'o tempo presente', que tanto pode designar o momento do tempo em que se está como o tempo gramatical Presente, morfologicamente expresso. Convém, pois, explicitar à partida que o que nos interessa é a expressão do tempo (*time*) nas línguas naturais. Em português, como certamente em muitas outras línguas, os recursos de que os falantes dispõem para expressar o tempo ou processar a informação temporal são de

natureza diversa: para além da flexão verbal, que permite distinguir morfologicamente diferentes tempos gramaticais, há ainda a considerar as expressões adverbiais temporais (ou temporo-aspectuais) e os conectores frásicos que introduzem orações subordinadas temporais.

Por outro lado, processar informação temporal (ou seja, definir/caracterizar linguisticamente uma situação relativamente ao tempo) envolve, a meu ver, duas questões fundamentais: localização e estrutura interna do intervalo ocupado pela situação descrita.¹

2.1. Vejamos em primeiro lugar o que se entende por localização. Quando descrevemos linguisticamente um estado de coisas, uma situação ou eventualidade, situamo-lo num determinado sector do eixo do tempo, cronologicamente ordenado relativamente a um ponto fixo de referência. Na perspectiva de Lyons (1977), o ponto de referência decisivo para o estabelecimento de uma relação de ordem (anterioridade, posterioridade ou sobreposição) é o intervalo que corresponde ao acto de enunciação, e os tempos verbais são o suporte linguístico privilegiado para a expressão da localização: "tense grammaticalizes the relationship which holds between the time of the situation that is being described and the temporal zero-point of the deictic context" (p. 68). Esta posição, que doravante designarei por *teoria deíctica do tempo gramatical*, é partilhada por diversos linguistas (cf., entre outros, Benveniste (1966), Weinreich (1973), Vet (1981), Comrie (1985), e, entre nós, Lopes (1971); Fonseca (1986); Mateus *et alii* (1989)).² Esta teoria permite descrever o valor dos tempos simples, que promovem a localização absoluta das situações num dos três grandes sectores do tempo (presente, passado e futuro). De facto, se nos detivermos nos tempos simples do português, podemos afirmar, numa primeira análise, que a relação de anterioridade relativamente ao agora da enunciação é expressa basicamente pelo Pretérito Perfeito Simples e pelo Imperfeito (doravante, PP e Imp); a relação de simultaneidade é dada pelo Presente (Pr) e a relação de posterioridade encontra expressão linguística no Futuro (Fut). Esta concepção simples dos tempos verbais tem vindo a ser problematizada, dadas as suas insuficiências descritivas ao nível da globalidade do sistema verbal, e dada a ausência de uma dimensão textual.³ Com efeito, a divisão dos tempos gramaticais em três grupos, em função da relação de ordem que expressam relativamente ao intervalo de tempo da enunciação (To), não permite

explicar, por exemplo, o valor semântico dos tempos compostos, nem tão-pouco é susceptível de descrever a diferença que separa o PP do Imp. Por outro lado, a tripartição da informação temporal não integra a complexidade das localizações relativas que ocorrem no plano textual. O facto de sabermos que o PP denota um intervalo de tempo anterior a To não nos permite explicar a sequencialidade de intervalos de tempo que se verifica num texto do tipo de (v):

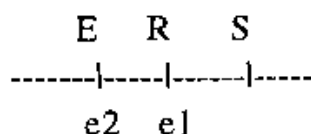
(v) *O João empurrou a irmã. Ela caiu desamparada.*

Há, pois, complexas relações de ordem entre as situações descritas num texto, que envolvem a tomada em consideração de outros termos-origem que não o *agora* da enunciação.

No conjunto das teorias disponíveis que podem ajudar a colmatar as insuficiências mencionadas, teorias que designarei de *localização temporal relativa*, importa começar por referir a lógica temporal proposta por Reichenbach (1947). Este autor constrói um sistema bidimensional do tempo, que envolve a consideração de dois tipos de relações: uma relação entre o ponto de referência R ("reference time") e o momento da enunciação S ("speech time"), e uma outra entre o tempo do evento E ("event time") e o ponto de referência R. O ponto R corresponde ao ponto a partir do qual o falante localiza a ocorrência do evento descrito. A introdução deste ponto de referência permite dar conta da localização temporal relativa expressa pelos tempos compostos. Veja-se, a título de exemplo, o enunciado (vi):

(vi) *Quando o táxi chegou, o João tinha desaparecido.*

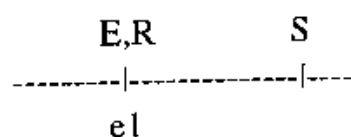
O ponto R corresponderá ao intervalo de tempo ocupado pelo evento e1 (chegada do táxi) e é relativamente a R que se ordena, por uma relação de anterioridade, o evento e2 (desaparecimento do João); note-se que R, por sua vez, é já anterior a S. Em representação diagramática, teríamos:



O ponto de referência R revela-se igualmente útil na interpretação de adjuntos adverbiais temporais. Atente-se no enunciado (vii):

(vii) O Pedro foi despedido ontem.

O advérbio *ontem* circunscreve o tempo de referência R, que neste caso coincide com o tempo do evento E:



Mesmo nos casos em que o PP simples ocorre isoladamente, sem um adjunto adverbial, o ponto de referência R não deixa de ser considerado. O PP não refere um intervalo de tempo indefinido anterior ao *agora* da enunciação, antes expressa uma relação de concomitância com um tempo de referência contextual ou cotextualmente pré-estabelecido.

A proposta de Reichenbach introduz, assim, uma perspectivização essencialmente anafórica do(s) tempo(s) gramatical(is), já que o valor de cada tempo, em termos de localização temporal, só pode ser definido em função do ponto R.⁴ Esta perspectivização fecundou em larga medida as teorias semânticas mais recentes sobre a expressão linguística do tempo nas línguas naturais, nomeadamente a teoria de Kamp e Reyle (1993), que enquadrará este meu trabalho, e onde é central a análise da ordenação temporal relativa dos eventos no âmbito textual/discursivo. Mas é justo referir que já antes de Kamp e Reyle, autores como Benveniste (1966) e Weinrich (1973) reconheceram a necessidade de distinguir dois modos de enunciação, que se reflectem nos tempos verbais seleccionados pelo locutor: a enunciação discursiva, onde a referência temporal se organiza a partir do *agora* da enunciação, e a enunciação histórica (ou narração, em Weinrich), sendo esta última caracterizada pelo facto de os eventos narrados se ordenarem temporalmente não a partir de *To*, mas a partir de um termo-origem, uma data ou o intervalo de tempo ocupado por um dos eventos descritos.⁵ No entanto, contrariamente ao que acontece em Kamp e Reyle, não encontramos nestes autores um tratamento integrado da expressão de tempo e aspec-

to nas línguas naturais, dado que só abordam a questão da localização temporal operada pelos tempos verbais.

2.2. Até aqui, vimos que uma das questões importantes no que diz respeito à caracterização de uma situação relativamente ao tempo é a sua localização, e sobre este tópico foram já tecidas as considerações que julgo mais relevantes. Mas convém agora lembrar que o processamento da informação temporal envolve uma segunda questão, que se prende com a caracterização da estrutura interna do intervalo de tempo ocupado pela situação descrita. É sobre este tópico, tradicionalmente designado por *aspecto*, que vou agora debruçar-me. Primitivamente, o termo *aspecto* designa uma categoria explicitamente marcada nas línguas eslavas, onde expressa a oposição completude vs. incompletude. Transposto para a descrição de outras línguas, o termo *aspecto* passou a designar, de forma por vezes algo confusa e obscura, toda a informação temporal que não releva da localização da situação no eixo do tempo. Os contornos desta categoria são de facto bastante fluidos, como se depreende do simples cotejo de algumas definições propostas: "La catégorie de l'aspect (...) embrasse tout ce qui est relatif à la durée et au degré d'achèvement des procès indiqués par le verbe" (Meillet, 1948:183); segundo Ducháček, o aspecto é "la manière d'exprimer l'action soit dans son développement (...), soit dans son achèvement (...) (1966:161)"; para O. Lopes, é "expressão do aspecto tudo aquilo que constitui expressão quantificada de qualquer processo, ou então expressão conjuntista de intervalos, em dados processos cronologicamente orientados" (1971: 223); Comrie considera que o aspecto permite distinguir "different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation" (1976:3); segundo Dowty, "aspect is distinguished from tense from the point of view of semantics in that tenses (...) serve to relate the time of a situation described to the time of speaking (...) whereas aspect markers serve to distinguish such things as whether the beginning, middle or end of an event is being referred to, whether the event is a single one or a repeated one, and whether the event is complete or possibly left incomplete" (1979:52); Vet adopta a seguinte definição: "Par aspect, nous entendrons toute information contenue dans une phrase qui se rapporte non pas à la place, mais à la structure interne de l'intervalle I" (sendo I o intervalo correspondente à localização temporal de uma situação) (1980:46); para Moens, "in its

original sense, aspect only refers to the opposition between perfective and imperfective descriptions of events, representing states of affairs either as accomplished or not. However, the notion of aspect has gradually been extended to cover a variety of other notions (duration, instantaneity, frequency, initiation, completion) in so far as they are grammaticalized in the structure of a particular language" (1987: 39).⁶

Acresce à proliferação de definições o facto de haver um termo concorrencial, a palavra alemã *aktionsart*, que muitas vezes é utilizada para referir a manifestação lexical do aspecto, ou seja, a informação que os lexemas verbais veiculam, de forma intrínseca, sobre a estrutura temporal do tipo de situação que denotam. A título de exemplo, *nadar*, verbo atélico, remete para um processo que em si mesmo não envolve uma ideia de limite; pelo contrário, *chegar*, verbo télico, representa uma situação que necessariamente implica um limite, o atingir de uma finalidade. Assim, para além da manifestação gramatical do aspecto, fundamentalmente expressa pelos tempos verbais, há que considerar também o valor semântico dos lexemas verbais. Os valores aspectuais parecem, pois, recobrir quer o tipo de situação, quer as modalidades de representação de uma situação ("situation aspect" e "viewpoint aspect", na terminologia de Smith (1991)).

Sem pretender esgotar a amplitude da reflexão que tem vindo a ser desenvolvida, direi apenas que utilizarei o termo *aspecto* para designar o valor de *aktionsart* de um enunciado, ou seja, o tipo de situação que ele descreve, caracterizada em função da sua estrutura temporal interna. Seguindo a formulação de Peres (1994), entendo por 'estrutura temporal' o conjunto das propriedades relevantes do intervalo de tempo que tipicamente corresponde à realização de uma determinada situação. Assumem aqui particular relevo as noções de pontualidade *vs.* duratividade, télico *vs.* atélico.

A reflexão sobre a estrutura temporal das situações remonta a Aristóteles, mas é sobretudo a proposta de Vendler (1967) que aparece como marco decisivo na sistematização de uma tipologia de situações. Vendler parte de uma ontologia sobre tipos de situações e propõe uma classificação dos verbos em quatro categorias- states, activities, accomplishments e achievements. São já aflorados alguns critérios sintáctico-semânticos como suporte da classificação proposta, nomeadamente a compatibilidade de cada tipo de verbo com certos adjuntos adverbiais temporais e com a construção progressiva, e apontam-se

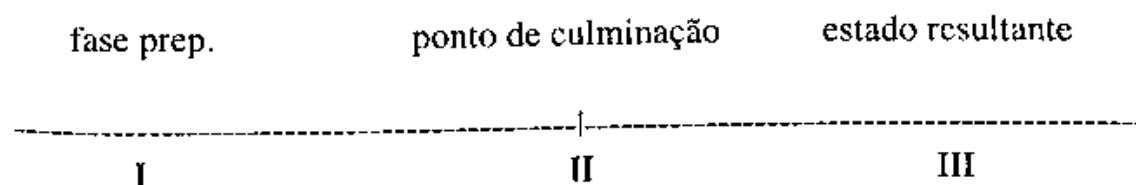
algumas inferências autorizadas pela combinatória/coocorrência dos predicados verbais com os referidos adjuntos. Note-se que as propriedades linguísticas dos verbos reflectidas pelos testes criteriais são explicáveis em termos de propriedades dos tipos de situações por eles denotadas. Esta proposta foi amplamente discutida e reelaborada no âmbito da semântica linguística, sendo de salientar os trabalhos de Dowty (1979), Moens (1987), Verkuyl (1989), (1993). Actualmente, considera-se que as distinções de *aktionsart*, no plano discursivo/textual, não derivam em exclusivo do tipo de predicado verbal que ocorre no enunciado; a flexão verbal, os adjuntos adverbiais temporais, os auxiliares ditos aspectuais e até o valor semântico dos argumentos internos do predicado são factores que desempenham um papel fulcral na determinação/computação do valor de *aktionsart* de um enunciado.

2.3. Tendo em vista um tratamento integrado da expressão do tempo e do aspecto nas línguas naturais, Kamp e Ryle (1993) construíram duas subteorias articuladas, que recobrem de forma consistente quer a localização das situações no eixo do tempo, quer a estrutura temporal interna dessas situações. São elas:

i) uma subteoria bidimensional do tempo, que envolve dois parâmetros temporais: o primeiro indica a relação entre o "temporal perspective point" (TPpt) e o tempo da enunciação (assinale-se que o TPpt equivale basicamente ao "tempo de referência" de Reichenbach, e designa o ponto de referência a partir do qual se perspectiva a localização temporal da eventualidade descrita) e o segundo indica a relação entre a localização da eventualidade ("location time") e o TPpt. O primeiro traço temporal comporta dois valores [\pm Passado], o que significa que o ponto de referência pode ser o passado ou o presente. O segundo parâmetro envolve três valores, anterioridade, posterioridade e sobreposição ("overlapping").⁷

ii) uma subteoria de "propriedades aspectuais", que inclui distinções básicas de *aktionsart* (nomeadamente a distinção central entre estados e eventos) e ainda operações/conversões sobre os valores básicos de *aktionsart*. Estas conversões ("aspectual shifts") são carreadas pelas construções progressivas e perfectivas e representam-se pelos

traços PROG e PERF. Para se entender de forma mais cabal o que significam estes últimos traços, convém aduzir que os autores defendem uma concepção de evento em termos de estrutura tripartida que engloba uma fase preparatória, um ponto de culminação e um estado resultante.⁸ Diagramaticamente:



Segundo os autores, "PERF will be used to distinguish between those expressions that refer to result states (these have + PERF) and those which refer to parts of the schema other than the result state part (- PERF)" (p. 559).

Quanto ao efeito do Progressivo, é descrito da seguinte forma: "the eventualities described by progressive forms of a verb *v* are of the type which is represented by that part of the schema corresponding to the Aktionsart of *v* which terminates in, but does not include, the culmination point" (p.566).

Vejamos como se concretiza esta teoria através da análise de um enunciado simples:

(iv) O Paulo escreveu um romance.

Neste enunciado, os valores relevantes, no que diz respeito aos subsistemas temporais, são os seguintes: [- Estativo] no plano da *aktionsart*, [+ PERF] no plano das conversões aspectuais, [-Passado] no que diz respeito ao Tppt e [+anterioridade] no plano da relação entre o Tppt e o evento descrito.

Neste trabalho, admitirei como básica a distinção entre estados e eventos, no plano dos valores de *aktionsart*, e, de acordo com a proposta de Moens (1987), considero quatro classes fundamentais de eventos: culminações (eventos pontuais e télicos), pontos (eventos pontuais e atélicos), processos culminados (eventos durativos e télicos) e processos (eventos durativos atélicos).

3. Terminadas estas considerações preliminares, que visam clarificar o quadro em que se insere este trabalho, importa agora abordar a questão central, que envolve a consideração da coesão/coerência temporal no plano do texto/discurso. Na esteira de Kamp e Rohrer (1983), direi que um discurso (nomeadamente um discurso narrativo) representa sequências de eventos num mundo, eventos que estão correlacionados (entre outros) por nexos temporais. A interpretação de um discurso envolve, pois, a construção de representações seriais ou temporalmente ordenadas dos eventos nele descritos. Desde já se perfila a ideia de que há uma dinâmica temporal que faz progredir a narrativa e que essa dinâmica envolve um processo interpretativo incremental. Os eventos vão-se ordenando temporalmente no interior do texto, uns em função dos outros, e a localização temporal relativa vai sendo gradualmente alterada/construída pela própria dinâmica discursiva. Assim, para Kamp e Rohrer, a função mais importante dos tempos verbais é dar instruções ao ouvinte/leitor sobre o modo como deve interpretar no texto as relações temporais entre eventos e estados descritos. Os autores classificam os tempos do passado em dois grupos: os que fazem avançar a narrativa e os que não contribuem para essa progressão. Por outras palavras, no modelo textual de Kamp/Rohrer, os tempos gramaticais dão-nos instruções que apontam para a introdução de um novo ponto de referência ou para a manutenção do ponto de referência anterior. Vejamos de perto alguns exemplos em português:

(vi) Quando o táxi chegou (e1), o João tinha desaparecido (e2).

Neste texto, o Pretérito Mais-que-Perfeito introduz um novo evento (e2) que é anterior ao ponto de referência ou T_{ppt} (a chegada do táxi, e1); os valores temporais relevantes do PMqP são [+ Passado] quanto ao T_{ppt} e [+ anterioridade] no que diz respeito à relação entre o T_{ppt} e o evento descrito. Como intuitivamente se apreende, o PMqP não promove qualquer progressão narrativa.⁹

Atente-se agora em (viii):

(viii) O João disse (e1) que voltaria no dia seguinte (e2).

Neste caso, o Condicional (que se caracteriza pelos traços [+Passado] e [+posterioridade]) introduz no universo do discurso um

novo evento (e2), posterior relativamente ao ponto de referência (e1), mas também não faz avançar a narrativa.

Vejamos de seguida as funções discursivas do PP e do Imp.:

(ix) O miúdo abriu os olhos (e1) e viu a mãe (e2). Ela sorriu-lhe (e3).

(x) O miúdo abriu os olhos e viu a mãe. Ela sorria-lhe.

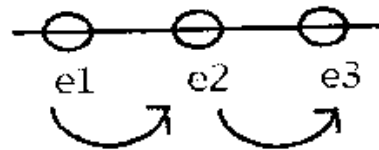
Em (ix), os três PP fazem avançar a narrativa: os eventos (e1, e2, e3) sucedem-se na linha do tempo e o tempo de cada um dos eventos funciona como ponto de referência para a localização do evento subsequente. Estamos perante uma ordenação temporal relativa, anafórica. Por isso se pode afirmar que o PP move o ponto de referência para a direita no eixo do tempo, o que equivale à explicitação do princípio de progressão narrativa. Reutilizado numa sequência de frases, o PP permite descrever uma sequência de eventos cuja ordenação temporal relativa é isomórfica da ordem linear dessas frases. Note-se que, para explicar a função discursiva do PP, se torna absolutamente necessário introduzir uma especificação relativamente à noção de 'ponto de referência' (cf. Kamp e Reyle 93:594-595): para além do Tppt, que é o ponto de referência principal, tipicamente associado ao valor semântico do tempo verbal, há no texto narrativo pontos de referência secundários, que permitem explicar a progressão narrativa. Consideradas isoladamente, as frases do texto (ix) representam eventos cuja localização temporal envolve os mesmos traços: [-Passado], para o Tppt, e [+anterioridade], para a relação entre o evento e o Tppt. No entanto, a representação da estrutura temporal do texto, globalmente considerado, implica que se tome em consideração a ordenação relativa dos eventos descritos: só nesta perspectiva se justifica falarmos de alteração progressiva do ponto de referência, o que envolve a construção de uma relação de ordem entre os eventos descritos. Concretamente, a localização temporal de e1 funciona como ponto de referência secundário para a localização de e2, e a localização de e2 funciona, por seu turno, como ponto de referência para e3. Daí a ordenação sequencial $e1 < e2 < e3$.¹⁰ Parece, pois, que a progressão narrativa implica a existência de mais do que um ponto de referência secundário.

Em (x), a situação expressa pela frase em que ocorre uma forma verbal de Imp. sobrepõe-se temporalmente ao Tppt, o tempo do evento expresso pela frase 'viu a mãe'. O Imp, numa sequência, indica uma

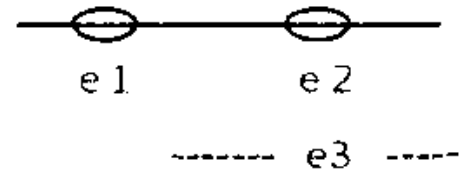
sobreposição temporal; não faz avançar a narrativa, servindo preferencialmente de enquadramento a eventos textualmente descritos. O Imp. descreve um estado situado num intervalo que inclui o ponto de referência.

A representação diagramática de (ix) e (x) ilustra claramente as diferentes funções textuais do PP e do Imp:

(ix)



(x)



3.1. Acontece, no entanto, como aliás o próprio Kamp fez notar, que há evidência empírica para considerar demasiado forte a generalização acima proposta, que deve apenas ser entendida como um princípio interpretativo por defeito ou preferencial. Com efeito, há textos em que o Imp faz avançar a narrativa e outros há em que o PP não implica uma progressão dos eventos no eixo do tempo.¹¹ Atente-se no seguinte exemplo:

(xi) O João descobriu o interruptor às apalpadelas. Acendeu o candeeiro. A luz cegava-o.

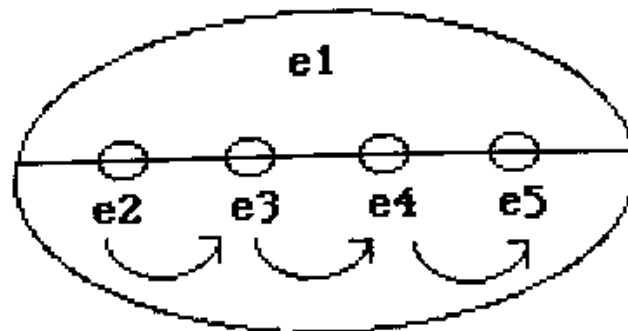
Em (xi), o Imp não marca uma sobreposição temporal: o estado representado pela última frase do texto ocorre num intervalo de tempo posterior ao do evento expresso pela frase 'acendeu o candeeiro'. Kamp e Rohrer (1983: 259) consideram que em contextos deste tipo, que envolvem uma mudança de estado (quarto não iluminado-> quarto iluminado), o Imp. pode, excepcionalmente, estabelecer um novo ponto de referência, promovendo a progressão temporal. No entanto, é possível reconduzir o Imp ao seu funcionamento semântico prototípico, no âmbito discursivo, se admitirmos que há um referente temporal não explicitado que pode ser pragmaticamente inferido a partir do texto em apreço. Concretizando, o evento 'acendeu o candeeiro' origina um novo estado, um estado conseqüente (o aposento fica iluminado), e há uma relação de co-temporalidade ou de sobreposição temporal entre este estado implicitado e aquele que a última frase do texto descreve.

Assim, só aparentemente se verifica uma derrogação da regra semântica que subteende o funcionamento discursivo do Imp. A inferência pragmática, baseada numa relação de causalidade entre situações pertencente ao 'background knowledge', reaviliza a aplicação da regra.

Veja-se agora o exemplo (xii):

- (xii) No ano passado, o João escalou o Evareste (e1). No primeiro dia, subiu até ao albergue (e2). Aí passou a noite (e3). Depois, atacou a encosta norte (e4). Alguns dias mais tarde, chegou ao cume (e5) (exemplo adaptado de Kamp e Rohrer).

Em (xii), a primeira frase descreve um evento complexo, constituído por subeventos que podem ser encarados como partes de um todo e que estão temporalmente incluídos nesse macroevento. Embora temporalmente disjuntos e sequencialmente ordenados, e2, e3, e4 e e5 estão incluídos no intervalo de tempo que valida e1, promovendo a partição do evento inicial em segmentos temporais mais pequenos. Em esquema, teríamos:



Deste modo, verifica-se uma progressão temporal entre os subeventos que integram o macroevento; esta progressão é assegurada pelos diferentes PP que viabilizam a representação discursiva dos subeventos e coadjuvada pelos adjuntos adverbiais temporais ('no primeiro dia', 'depois', 'alguns dias mais tarde'). Mas entre 1e e2 não há qualquer progressão temporal, pese embora a ocorrência, nas duas frases contíguas, de dois PP. Para uma compreensão cabal do funcionamento do PP em textos deste tipo, parece-me que é necessário ter em conta que a coerência discursiva envolve relações temporais entre eventos, mas também outros tipos de relações de interdependência, frequentemente designadas por 'relações retóricas' nas teorias contemporâneas sobre a estrutura discursiva¹². A 'elaboração' é uma dessas rela-

ções 'retóricas': recobre umnexo de coesão entre uma frase inicial que introduz como referente discursivo um evento e um conjunto de frases subsequentes que descrevem pormenores ou parcelas desse evento global. Em sequências discursivas onde é possível apreender, graças a um conhecimento de background, uma relação retórica de 'elaboração' entre dois segmentos textuais, anula-se o primitivo valor semântico do PP. O conhecimento de background que neste caso concreto nos permite detectar a relação retórica de 'elaboração' releva do cenário ("script") da escalada de uma montanha: há um esquema estereotípico de subeventos que concretizam uma escalada, supostamente inscrito na nossa estruturação intelectual do mundo, e é a activação desse esquema que garante a relevância da relação retórica assinalada.

3.2. Mas há ainda um factor de complexificação suplementar que não pode ser escamoteado na análise do funcionamento textual dos tempos verbais, nomeadamente do PP e do Imp. Refiro-me concretamente ao valor de *aktionsart* da expressão predicativa. Vejam-se os seguintes exs.:

(xiii) No ano passado, a Ana transferiu-se para Coimbra (e1). Alugou um T1 perto da Faculdade (e2). Esteve muito deprimida (e3) e não conseguiu acabar a redacção da tese (e4).

(xiv) A Maria veio para Lisboa na adolescência (e1). Tocou piano (e2), escreveu poemas (e3), mas não concluiu o 12º ano (e4).

No texto (xiii), a eventualidade e3 é um estado; e2 e e3 não são interpretados como sequenciais, o que significa que o PP, combinado com um predicado basicamente estativo, não promove qualquer tipo de progressão temporal; parece-me que e3 é interpretado em termos de cotemporalidade, ou seja, há uma relação de sobreposição temporal entre o estado representado e os eventos previamente descritos. A combinação do PP com um predicado estativo não altera o valor de *aktionsart* desse mesmo predicado, que é assim herdado pelo enunciado; o PP apenas afecta ao estado um valor terminativo, uma fronteira final: o estado verificou-se num intervalo de tempo anterior ao *agora* da enunciação, o que nos permite inferir a sua não ocorrência no presente ('A Ana esteve deprimida'--> 'A Ana já não está deprimida').

Neste tipo de contextos, o PP parece, pois, desencadear uma implicatura relativamente ao presente, sem todavia contribuir para a dinâmica narrativa.

Em (xiv), o PP é aplicado a predicados que basicamente pertencem à classe dos processos ('tocar piano' e 'escrever poemas'). Também neste caso, o PP não faz avançar temporalmente a narrativa. Combinado com predicados de processo, o PP transforma-os em pontos relativamente aos quais há iteração, o que desemboca novamente na descrição de um processo. As frases 2 e 3 do texto descrevem situações/eventualidades recorrentes, que se verificaram durante a estadia de Maria em Lisboa, na adolescência. A primeira frase do texto descreve um evento que implica um ponto de culminação e um estado subsequente, e é no intervalo que valida este estado que se localizam temporalmente os processos descritos, sem que se verifique uma progressão da narrativa.

Note-se, na mesma linha de reflexão, que a construção progressiva, ao estativizar uma expressão predicativa primitivamente não estativa, bloqueia de imediato a interpretação sequencial (cf. Dowty, 1986). Confrontem-se os exemplos (xv) e (xvi):

- (xv) O João entrou no gabinete do director (e1). O director levantou-se (e2).
 (xvi) O João entrou no gabinete do director (e1). O director estava a levantar-se (e2).

Em (xv) há uma interpretação sequencial no sentido da progressão temporal ($e1 < e2$), ao passo que em (xvi) tal não se verifica.

Parece, pois, poder concluir-se que o factor que condiciona de forma determinante a progressão ou não-progressão temporal, numa sequência de frases F1 e F2, é o valor de *aktionsart* da frase F2. O tempo avança quando a situação representada em F2 é uma culminação ou um processo culminado; quando F2 descreve um estado ou um processo, verifica-se uma relação de sobreposição e não de sucessão.¹³ É isto porque os dois primeiros tipos de situações mencionados têm pontos culminativos, ao contrário dos estados e processos, situações que não envolvem pontos de fronteira.

Para corroborar esta hipótese, que acentua a importância do valor de *aktionsart* das frases na ordenação temporal relativa dos eventos, veja-se ainda o exemplo (xvii):

(xvii) Feitos os deveres, os miúdos foram brincar.

Em (xvii), a interpretação das situações descritas é sequencial, como a paráfrase mais intuitiva e imediata explícita: 'depois de fazerem os deveres, os miúdos foram brincar'. Diz-se em Mateus *et alii* (1989) que "as orações participiais exprimem a anterioridade relativamente ao intervalo de tempo do estado de coisas da oração a que estão ligadas" (p. 313). Idêntico ponto de vista é defendido em Peres (1993). Se é verdade que o Participípio Passado estabelece um valor temporal relacional, de anterioridade, não é menos verdade que, do ponto de vista aspectual, a oração participial comporta o traço [+ PERF], na acepção de Kamp/Ryle (1993): descreve-se, através da oração participial, o estado consequente de um evento que teve um ponto de culminação. Assim, a relação de ordem só pode ser cabalmente entendida se tivermos em conta que a expressão predicativa da oração participial é basicamente não estativa; combinado com um predicado de processo culminado ou de culminação, o Participípio Passado permite descrever o estado subsequente à culminação, mas pressupõe essa mesma culminação, esse ponto de fronteira. O evento descrito pela oração principal é posterior ao evento culminado que a oração participial pressupõe: daí a interpretação sequencial.¹⁴

3.3. Sobre a incoerência dos textos (ii) e (iv). O papel dos conectores e adjuntos temporais na construção da coesão textual

Voltando agora aos exemplos (ii) e (iv), que motivaram empiricamente toda esta reflexão, importa explicar a anomalia semântica que justifica o nosso juízo intuitivo de incoerência textual. Para tal, forçoso se torna questionarmos o papel dos conectores frásicos e dos adjuntos adverbiais na construção da coesão/coerência temporal. Em (ii), verifica-se uma incompatibilidade entre o evento pontual expresso pelo PP (chegou) e o valor durativo associado ao conector 'enquanto'.¹⁵ Por outras palavras, o conector 'enquanto' combina-se com frases que expressam processos, não podendo co-ocorrer com frases que descrevem culminações; por outro lado, 'enquanto' só marca textualmente uma relação de sobreposição temporal entre duas situações desde que estas sejam linguisticamente representadas como não pontuais. Como se depreende do que ficou dito, há uma forte conexão entre localização e estrutura temporal interna das situações descritas, pelo que a coesão é sempre temporo-aspectual.

Já (i) é perfeitamente aceitável, porque o conector 'quando' é compatível com a expressão de eventos que envolvem um ponto de culminação. Em (i), a frase subordinada expressa um evento pontual temporalmente incluído no intervalo de tempo que valida a situação estativa descrita na frase principal.

4. Observações finais

A informação temporal desempenha um papel fulcral na construção da coesão/coerência do texto/discurso. Como vimos, tem de haver compatibilidade entre valores de estrita localização temporal e valores de *aktionsart* para se construir uma estrutura discursiva temporalmente coesa. Foi ainda assinalada a importância das relações retóricas na interpretação textual, nomeadamente no plano da estruturação temporal das situações descritas. Este aspecto, aqui apenas afluído, carece de aprofundamento em posteriores trabalhos.

Finalmente, importa evidenciar os efeitos pragmáticos produzidos pelos tempos verbais no âmbito do discurso. Nesta última linha de reflexão, parece plausível distinguir dois planos num discurso (cf. Hopper (1979); Hopper e Thomson (1980), tendo em conta a importância informacional das situações nele representadas: o plano que integra a informação não focal ou de *background* e o plano que veicula a informação focal ou de *foreground*. No texto narrativo, as frases que descrevem eventos sequenciais (dinâmicos e pontuais) integram a informação de *foreground*: configuram a linha narrativa principal, a sequência de eventos na qual se plasma a história, e actualizam fundamentalmente formas verbais no PP. Note-se que a proeminência/saliência informativa releva de traços gramaticais, nomeadamente os valores temporo-aspectuais do SV, podendo ser coadjuvada pelos conectores e adjuntos adverbiais temporais.

A informação de *background*, subsidiária e de enquadramento (descrições de cenários, caracterização de personagens, comentários), é essencialmente veiculada pelas frases estativas e durativas, onde ocorrem sobretudo formas de Imp. Assinale-se que esta distinção já aparecia em Weinrich (1973), que distinguia os tempos verbais de primeiro plano e de segundo plano. O PP é o exemplo paradigmático de um tempo de primeiro plano, o Imp o exemplo de um tempo de segundo plano.

Notas

- ¹ Para Peres (1993), há três noções distintas que permitem definir linguisticamente uma situação relativamente ao tempo, localização, duração e frequência. Na minha opinião, a estrutura temporal interna do intervalo ocupado pela situação descrita subsume as duas últimas noções.
- ² Mesmo em Kamp e Reyle (1993) se afirma: "tenses tend to be indexical: the times they refer to must often be determined in relation to the utterance time, and this is so even when they occur embedded within other tensed clauses" (p. 497).
- ³ Em Kleiber (1993), invoca-se ainda um outro factor que contribui para a problematização da teoria deíctica dos tempos verbais, a saber, os usos 'não deícticos' ou não temporais dos tempos verbais (usos modais ou retóricos, por ex.)
- ⁴ Assinale-se que a oposição deíctico/anafórico nem sempre é utilizada de forma homogênea, o que pode acarretar alguma indefinição conceptual. Tradicionalmente, considera-se que uma expressão é deíctica quando o seu valor referencial só pode ser determinado em função da situação de enunciação; uma expressão anafórica é aquela cuja interpretação (referencial) se estabelece por intermédio de uma outra, situada no contexto linguístico, e que funciona como antecedente. Recentemente, assiste-se a uma transposição para o terreno cognitivo da oposição deíctico/anafórico. Assim, a anáfora é assimilada a um processo de referência (nominal ou temporal) que envolve um referente já conhecido, cognitivamente 'saliente' ou 'manifesto'; a deixis é um processo de referência que envolve a introdução, na memória imediata, de um referente novo, ainda não saliente ou manifesto (cf. Vet (1985) e discussão desta proposta em Kleiber (1993)). A oposição conhecido/novo substitui a oposição texto/situação de enunciação, nesta última perspectiva.
- ⁵ Na mesma linha de pensamento, Fonseca (1986) distingue, em português, dois subsistemas verbais, um subsistema deíctico (que engloba o Pr, o PP e o Fut) e um subsistema anafórico (que compreende o Mais-que-Perfeito, o Imp e o Condicional).
- ⁶ Para uma visão global dos sistemas temporo-aspectuais das línguas humanas, veja-se Dahl (1985) e Binnick (1991).
- ⁷ Kamp e Ryle utilizam os termos *presente*, *passado* e *futuro* para estes valores. Parece-nos, porém, menos ambígua a terminologia que adoptámos, e que se encontra também em Peres (1993).
- ⁸ Idêntica concepção é defendida em Moens (1987).
- ⁹ Note-se, no entanto, que numa sequência de frases em que ocorre o Mais-que-Perfeito se pode assistir igualmente a uma progressão narrativa. Veja-se o texto seguinte:
 - (i) O Gil contou a sua vida: tinha estudado/estudara num colégio interno(e1), tinha conseguido um emprego razoável (e2), tinha tido dois filhos (e3).
 Trata-se de um flashback em que e1 antecede e2 e e2, muito provavelmente, antecede e3. O PMqP introduz, neste contexto, sucessivos pontos de referência secundários, noção que será esclarecida mais adiante.

Parece-me interessante fazer ainda uma breve referência ao facto de a utilização do Pretérito-mais-que-perfeito não ser aceitável em todos os contextos em que se expressa anterioridade relativamente a um ponto de referência passado. De facto, parece haver restrições de natureza pragmática que circunscrevem a sua utilização. Vejam-se os seguintes exemplos:

- a) ? A Ana acordou o filho. Tinha entrado no quarto.
- b) A Ana acordou o filho. Tinha entrado no quarto ansiosa mas agora sentia-se melhor.

Em b), a relação retórica de 'contraste' expressa na segunda frase garante a relevância contextual do Pretérito-mais-que-perfeito. O estudo dos contextos em que o uso deste tempo verbal é plenamente aceitável não cabe no âmbito deste trabalho.

- 10 Neste sentido, as propostas de Lo Cascio (1986) e Vetters (1989) admitem uma distinção de domínios temporais no interior do texto, hierarquicamente ordenados, que permitem dar conta do funcionamento de distintos pontos de referência (primários e secundários) e, conseqüentemente, de distintas ordenações temporais.
- 11 Sobre este tópico, veja-se também Oliveira (1991)
- 12 Veja-se Mann e Thompson (1989).
- 13 Para Dowty (1986), a *aktionsart* não desempenha um papel directo na determinação da sequencialidade. As inferências que construímos sobre quais os eventos ou estados que numa narrativa se sobrepõem a outros dependem das nossas suposições sobre os intervalos de tempo ocupados pelas situações descritas. Nesta perspectiva, as relações temporais são implícitas e não asseridas, dependendo essencialmente do nosso conhecimento do mundo. Se é verdade que o conhecimento do mundo interfere na interpretação temporal do discurso, não me parece possível escamotear em absoluto o valor de *aktionsart* dos enunciados; os dados linguísticos (cf. exemplos) mostram-nos que a selecção de um tempo verbal pode alterar a classe aspectual da expressão predicativa, induzindo uma interpretação preferencial sobre o tipo de situação representada. Por outras palavras, os tempos verbais, enquanto operadores de 'aspectual shifts', facultam, a meu ver, instruções semânticas que são relevantes no processo interpretativo.
- 14 Veja-se a inaceitabilidade de uma construção participial deste tipo com um predicado estativo: *Vivido em Coimbra, o João resolveu mudar-se para Lisboa.
- 15 Note-se que é possível compatibilizar o conector enquanto com o PP, em frases do tipo 'Enquanto preparei o jantar, os miúdos fizeram os deveres'. No entanto, este exemplo não invalida a análise acima proposta, dado que elimina o ponto de culminação do evento 'preparar o jantar', passando a frase subordinada a descrever o processo que corresponde à fase preparatória desse evento. Na frase (ii), uma interpretação deste tipo é afastada porque a combinação do PP com um predicado de culminação invalida a representação de uma fase preparatória.

Referências

- BENVENISTE, E. (1966), "Les relations de temps dans le verbe français", in Benveniste, *Problèmes de linguistique générale, 1*, Paris, Gallimard, 237-250.
- BINNICK, R.I. (1991), *Time and the verb. A guide to tense and aspect*, Oxford, Oxford University Press.
- COMRIE, B. (1976), *Aspect*, Cambridge, Cambridge University Press.
- COMRIE, B. (1985), *Tense*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DAHL, O. (1985), *Tense and aspect systems*, Oxford, Basil Blackwell.
- DOWTY, D. (1979), *Word meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, D. Reidel.
- DOWTY, D. (1986), "The effects of aspectual class on the temporal structure of discourse", in *Linguistics and Philosophy*, 9, 37-61.
- FONSECA, F.I. (1986), "Deixis et anaphore temporelle en portugais", in *Actes du XVII Congrès de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. 4, 381-393.
- KAMP, H. e C. ROHRER (1983), "Tense in texts", in Bäuerle, Schwarze e Stechow (eds.), *Meaning, use and interpretation of language*, Berlin, W. de Gruyter, 250-269.
- KAMP, H. e U. RYLE (1993), *From discourse to logic. Introduction to modeltheoretic semantics of natural language, formal logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer.
- KLEIBER, G. (1993), "Lorsque l'anaphore se lie aux temps grammaticaux", in C. Vetters (ed.), *Le temps, de la phrase au texte*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 117-166.
- LO CASCIO, V. (1986), "Temporal deixis and anaphor in sentence and text", in Lo Cascio e C. Vet (eds.), *Temporal structure in sentence and discourse*, Dordrecht, Foris, 191-228.
- LOPES, O. (1971), *Gramática simbólica do português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LYONS, J. (1977), *Semantics, 2*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATEUS, M.H.M. et al. (1989), *Gramática da língua portuguesa, 2ª ed. revista e aumentada*, Lisboa, Caminho.
- MOENS, M. (1987), *Tense, aspect and temporal reference*, PhD. Dissertation, University of Edinburgh.
- OLIVEIRA, F. (1991), "Funções discursivas de alguns tempos do passado em português", in *Encontro de homenagem a Óscar Lopes*, Lisboa, APL, 165-184.
- PERES, J. (1993), Towards an integrated view of the expression of time in portuguese, *Cadernos de Semântica*, 14, Faculdade de Letras de Lisboa.

- REICHENBACH, H. (1947), *Elements of symbolic logic*, New York, Macmillan.
- SMITH, C. (1991), *The parameter of aspect*, Dordrecht, Kluwer.
- WEINREICH, H. (1973), *Le temps*, Paris, Seuil.
- VERKUYL, H.J. (1989), "Aspectual classes and aspectual composition", in *Linguistics and Philosophy*, 12, 1, 39-94.
- VET, C. (1980), *Temps, aspect et adverbes de temps en français contemporain*, Genève, Droz.
- VET, C. (1985), "Univers de discours et univers d'énonciation: les temps du passé et du futur", in *Langue Française*, 67, 38-58.